



A CONSTRUÇÃO DO ABANDONO COMO TRAÇO IDENTITÁRIO DOS FILHOS ADOTIVOS

*THE CONSTRUCTION OF ABANDONMENT AS AN IDENTITY TRAIT OF ADOPTED
CHILDREN*

Amanda Marques Duque¹
Pedro de Oliveira Filho²

Resumo

A adoção é um tema complexo e multifacetado. Por razões históricas e culturais, algumas vezes, reporta-se a ideia de que os filhos adotivos vivenciam um drama e possuem a marca do abandono em suas identidades. Para a Psicologia Social Discursiva e teóricos pós-estruturalistas, as identidades são construídas através das práticas sociais, discursivas e são objetos negociados e disputados por diferentes discursos. Assim, analisamos discursos da mídia e de pessoas que trabalham em prol da adoção, procurando compreender os seus posicionamentos diante da suposta relação entre adoção e abandono na identidade dos filhos adotivos e a natureza dos argumentos que mobilizam nesses posicionamentos. Posto isso, realizamos entrevistas semiestruturada com militantes de dois grupos de apoio à adoção (GAA), coleta do material discursivo disponibilizado no site da Associação Nacional de Grupos de Apoio à Adoção (ANGAAD) e matérias do Jornal Folha de S. Paulo. Na análise foi utilizado o referencial teórico-metodológico da Psicologia Social Discursiva, a qual dispensa uma especial atenção às ações realizadas com o uso da linguagem. Os resultados indicam que o abandono é construído como um atributo central na identidade dos filhos adotivos, especialmente na mídia, porém aparece de maneira ambígua nos relatos dos militantes da adoção.

Palavras-chave: Adoção; abandono; identidade; discurso.

Abstract

Adoption is a complex and multifaceted subject. For historical and cultural reasons, it has sometimes been reported that adopted children are living a drama and have abandonment issues. According to Discursive Social Psychology and Post-structuralism theorists, identities are constructed through social and discursive practices, negotiated and disputed by different discourses. Thus, we analysed the discourses of the media and of people who work in favour of children adoption, trying to understand their positioning regarding the so-called relation between adoption and abandonment in the identities of adopted children, and the kind of arguments behind these positions. We arranged semi-structured interviews with members of two support groups for adoption (GAA), and collected material available on the National Association of Adoption Support Groups (ANGAAD) site and news published by the Folha de S. Paulo. For the analysis, we used the theoretical and methodological framework of Discursive Social Psychology, which gives special attention to the actions performed through the use of language. The results demonstrate that abandonment is constructed as a central attribute in the identity of adopted children, especially in the media, but it is presented more ambiguously in the narratives of the adoption support groups.

Keywords: Key-words: Adoption; abandonment; identity, discourse.

¹ Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil.

² Doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), Brasil. Professor Associado II no curso de Psicologia da Unidade Acadêmica de Psicologia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Brasil.

INTRODUÇÃO

A literatura sobre adoção já nos diz bastante a respeito do modo como os filhos adotivos vem sendo definidos no mundo ocidental, sendo geralmente representados em nossa sociedade por meio de discursos preconceituosos e estigmatizantes como assinalam Dinamarco (2006) e Weber (2011, 2014). Tais discursos parecem partir do pressuposto de que as pessoas que vivenciam a adoção são submetidas necessariamente a uma experiência de abandono profundamente perturbadora.

Na direção contrária a essa visão estigmatizante sobre adoção, acadêmicos vem investindo inúmeros esforços em debater sobre adoção e seus processos, famílias biológicas, famílias adotivas e filhos adotivos (Alvarenga, 2012; Ladvocat & Duana, 2014; Weber, 2004; 2011; 2014). Nesse contexto, a representação dos filhos adotivos como pessoas que vivenciam um drama em que o sentimento de abandono tem um papel central vindo sendo problematizada e até contestada. De qualquer forma, como nos lembra Motta (2014), há uma dificuldade para desfazer a ligação entre adoção e abandono em nossa cultura.

Supõe-se que toda adoção é sempre resultado de abandono quando, na verdade, nem sempre é assim. Uma criança pode ser simplesmente entregue aos cuidados de outra pessoa, por diferentes razões, para que esta cuide da criança por meio da adoção, sem que isso implique objetivamente abandono. Como assinala Motta (2014), entrega não é a mesma coisa que abandono. Assim, ela sugere que mudar o conceito permite que sejam criadas novas maneiras de definir as genitoras (que entregam seus filhos aos cuidados de outrem) e, por conseguinte, os filhos adotivos.

A mídia tem um papel fundamental na manutenção dessa ligação entre adoção e abandono, na medida em que ela, segundo Gagno e Weber (2003) e Waggenspack (1998), contribui decisivamente para o modo como a nossa sociedade define a adoção e os filhos adotivos. Essas autoras, em seus estudos, mostram como a adoção é representada e descrita pela mídia, e como esses veículos reproduzem imagens estereotipadas sobre os filhos adotivos e a adoção.

No mesmo sentido, Rodrigues e Hennigen (2012) relatam como o discurso televisivo retrata as crianças que estão em situação de acolhimento e a espera de colocação em família, isto é, aptas para a adoção. Segundo elas, essas crianças geralmente são posicionadas e descritas como pessoas que estão 'sem famílias', sem nada, e, portanto, abandonadas.

Nos estudos sobre a mídia supracitados, portanto, há uma sinalização crítica de que o abandono

tende a aparecer como um traço central na identidade dos filhos adotivos e esse fato, certamente, contribui para a produção de uma identidade estigmatizada para eles.

Por outro lado, algumas organizações da sociedade civil procuram combater a disseminação, na nossa cultura, de tais conteúdos identitários, propondo novas formas de representar o filho adotivo. É o caso da Associação Nacional de Grupos de Apoio à Adoção (ANGAAD), organização composta pelos Grupos de Apoio à Adoção (GAA). Formada por voluntários (pesquisadores, psicólogos, assistentes sociais, professores, advogados, dentre outros) vocacionados na temática da adoção, busca disseminar um novo sentido para a adoção e difundir uma cultura da solidariedade e do aumento de competências técnicas para trabalhar com famílias em situação de riscos e crianças institucionalizadas (Bittencourt, 2013; Silva, 2014; Weber, 2011, 2014).

Neste trabalho, compreendemos a produção de identidades como um processo discursivo e, por isso, como processo de conhecimento. Produzir identidades é identificar pessoas, é colocá-las em uma categoria, é dizer quem elas são. Em outras palavras, identidade é "quem as pessoas são umas para as outras" (Benwell & Stokoe, 2006, tradução dos autores, p. 6). Estamos falando, evidentemente, de um tipo de processo marcado por negociação, conflito e combate.

Nesse sentido, a identidade, ou o processo de identificação, não é discutida da maneira como tradicionalmente a psicologia a aborda. Identidade aqui não se restringe àquilo que um sujeito, individual ou coletivo, diz sobre si mesmo. Para nós, ter uma identidade é ser inserido numa categoria com um conjunto de atributos, não importa se a pessoa assim inserida é a pessoa que fala, a pessoa para quem se fala ou a pessoa sobre quem se fala (Antaki & Widdicombe, 2008; Oliveira Filho, 2016).

O que os autores supracitados assinalam para pessoas, vale também para grupos e coletivos humanos. O que um grupo social, ou a sociedade mais ampla, afirma de um determinado grupo é a identidade deste último para o primeiro. E esse processo tem, frequentemente, impactos enormes no modo como o grupo identificado vê a si próprio: "a definição externa de mim é uma inexorável parte da minha definição interna – mesmo se eu a rejeito ou resisto a ela – e vice e versa. Ambos, os processos, são práticas diárias, e nenhuma é mais significativa que a outra" (Jenkins, 2008, grifo do autor, tradução dos autores, p.47).

Trazendo esse raciocínio para pensar a construção da identidade dos filhos adotivos, é improvável que eles, como vários outros grupos sociais,

não sejam afetados pelo modo como a sociedade os define, embora, frequentemente (como diversos outros grupos sociais), rejeitem o modo como estão sendo definidos.

Neste trabalho, analisamos discursos da mídia, da Folha de S. Paulo, da Associação Nacional de Grupos de Apoio à Adoção e de membros que fazem parte de Grupos de Apoio à Adoção, em que eles falam sobre os filhos adotivos e formulam identidades para essas pessoas, procurando compreender os seus posicionamentos diante da suposta relação entre adoção e abandono e a natureza dos argumentos que mobilizam nesses posicionamentos.

MÉTODOS

Este texto é um recorte de uma pesquisa maior que teve como objetivo analisar as estratégias discursivas utilizadas por militantes de apoio à adoção e pela mídia, representada pela Folha de S. Paulo, para a construção identitária dos filhos adotivos.

A pesquisa ocorreu em duas etapas. Uma delas refere-se à ANGAAD e aos GAA. No que concerne a ANGAAD analisamos os documentos produzidos no site da associação. Em relação aos grupos de apoio, foram entrevistados oito participantes de dois grupos, com quatro participantes de cada um. Realizamos entrevistas semiestruturadas com um roteiro de questões que abordavam a adoção de forma geral (famílias adotivas, legislação, filhos adotivos e mídia). O uso deste instrumento, como nos lembram Potter e Wetherell (1987), visa garantir que as mesmas questões sejam feitas a todos os entrevistados, ao mesmo tempo em que concede liberdade ao pesquisador para a realização de novas perguntas objetivando o detalhamento discursivo. O desenvolvimento da pesquisa atendeu aos requisitos necessários estabelecidos na Resolução n.º 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

Outra etapa diz respeito às matérias veiculadas no jornal Folha de S. Paulo online. A coleta correspondeu ao período de 01 de janeiro de 2009 (ano da promulgação das alterações no ECA [Estatuto da Criança e Adolescente], conhecida como a Nova Lei da Adoção, Lei 12.010, de 3 de agosto de 2009) até 31 de dezembro de 2014. Para tanto, utilizamos os descritores adoção, adotado e criança/filho adotivo. Foram identificadas 504 notícias que citavam pelo menos um desses termos, mas de imediato percebemos que a maioria das reportagens não tinha a adoção ou os filhos adotivos como temas principais ou pelo menos como temas relevantes. Assim, após a leitura atenta das 504 reportagens selecionamos 58 para posterior análise.

Para a análise, seguimos a orientação do método de análise de discurso desenvolvido pelos teóricos da psicologia social discursiva (Antaki & Widdicombe, 2008; Billig, 1987; Potter, 1998; Potter & Wetherell, 1987; Wetherell & Potter, 1992) que enfatiza a ação do discurso na construção dos objetos sociais, e o modo como esse processo de construção discursiva é marcado por contradições e conflitos. Essa mesma compreensão orienta os estudos desses autores sobre a construção discursiva desses objetos sociais que ocupam um lugar central na nossa vida social, as identidades.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No material midiático analisado, a categoria abandono aparece como um traço central da identidade dos filhos adotivos. Essa temática aparece nos relatos sobre filhos adotivos ora de forma velada ora explicitamente. Uma indicação da centralidade da questão do abandono na identidade dos filhos adotivos construída pela mídia é o fato de que, das 58 matérias selecionadas, 45,8% delas relacionavam, de alguma forma, adoção e abandono. O uso desse atributo identitário para falar dos filhos adotivos também foi recorrente nos relatos dos militantes entrevistados e no site da ANGAAD. No entanto, nos relatos de alguns dos nossos colaboradores, Emanuele, Camila, Patrícia e Gabriel, como se verá adiante, há uma resistência evidente ao uso do termo para falar do filho adotivo e de sua trajetória, resistência que se manifesta por meio de diferentes estratégias discursivas.

Vejamos, primeiramente, duas intervenções discursivas em que o atributo abandono aparece associado aos filhos adotivos.

“Quando se decide adotar uma criança no Brasil, já se imagina os pais adotantes como exemplos entusiasmantes de amor ao próximo, de dedicação sem igual ao outro. Agora, o que pensar daquele que leva para casa uma criança/adolescente com algum tipo de deficiência? Faltam adjetivos que dê conta... Fato é que ações que abrigam, dão casa, arroz com feijão e futuro para pequenos abandonados são fundamentais para a construção de um país menos deficiente socialmente. E quando essa atitude é tomada diante de um ‘malacabquinho’, seguramente está se impedindo que um ‘serumano’ fique abandonado a sua própria sorte e sua condição física ou sensorial desigual. Pensar no fato, é angustiante (...)”. (sic.) (Folha de S. Paulo, Blog, 25.11.13).

“Da origem genética – A vergonha de Tereza Cristina por ser filha de uma empregada doméstica é preconceituosa e absurda. A grande maioria das crianças e adolescentes disponibilizadas a adoção tem origem na pobreza, no abandono, na mendicância. Nenhuma dessas crianças e adolescentes deverá ter vergonha de sua origem. Tal colocação fere a dignidade da pessoa humana.”. (Material da ANGAAD).

O primeiro trecho, da Folha de S. Paulo, adota um tom benevolente e edificante para falar das relações entre “pais adotantes” e filhos adotivos. Os pais que decidem adotar não são pais que querem ter filhos, são “exemplos entusiasmantes de amor ao próximo, de dedicação sem igual ao outro”. E quando decidem levar para casa uma criança/adolescente com algum tipo de deficiência, “abandonado a sua própria sorte”, faltam adjetivos para descrever tamanha bondade. Os filhos que eles adotam, “pequenos abandonados”, “malacabadinhos”, precisam de abrigo, comida, casa e futuro. Trata-se de um relato que reproduz o velho discurso assistencialista e caritativo tradicionalmente usado por nossas elites para falar das nossas crianças pobres, aí incluídas as adotadas. Nesse discurso salvacionista, que apresenta os pais que adotam como heróis que salvaram crianças abandonadas, a adoção é interpretada a partir da noção de “abandono moral” segundo a qual essas crianças foram entregues à própria sorte ou por suas famílias, pobres, ou por um Estado pervertido (Ayres, 2005; Weber, 2011).

Já o material da ANGAAD, que recrimina veementemente a descrição de uma personagem de televisão, Tereza Cristina, por apresentar suas condutas como uma decorrência do fato de ela ser uma filha adotiva, que teria vergonha de ter como mãe biológica uma empregada doméstica, termina afirmando que “a grande maioria das crianças disponibilizadas a adoção tem origem na pobreza, no abandono, na mendicância” e que isso não seria motivo para vergonha.

O que essas intervenções têm em comum? O fato de não apresentarem qualquer problematização em relação à representação do abandono como um atributo central, definidor, dos filhos adotivos. Outras intervenções, no entanto, problematizam essa representação de diferentes maneiras.

Pesquisadora – “Tá, então como é que você definiria as pessoas adotadas?”

Emanuele – “As pessoas adotadas. Eu acho que é até difícil. Deixa eu tentar me colocar

no lugar, sabe, eu acho que vou colocar assim, pelas minhas filhas. (...) Lógico, eu só tenho a experiência. É elas adoram ser adotadas. Eu não tô dizendo isso por que você tá fazendo essa pesquisa e tô sendo gravada, não! Por que elas já falaram, entendeu? Várias vezes. Elas gostam de ser adotadas, né? E, assim, uma coisa que já me falaram foi: ‘poxa vida, se eu não fosse adotada o que é que seria de mim?’ Elas já falaram isso, né? ‘Se eu não fosse adotada, como é que eu viveria?’. Então isso... No começo é quando eu passava nas ruas eu, eu olhava aquelas meninas que estavam nas ruas. Depois não, né? Depois... Mas, eu pensava: ‘poxa, vida! Minha filha poderia ser uma dessas’. É o abandono, entendeu? Mas... É... Depois disso, né, foi trabalhado. Mas, elas já colocaram isso pra mim, né. ‘Que seria de mim se eu não fosse adotada? Que tipo de família eu teria, né?’”.

Camila – “Penso eu que a, a adoção é uma nova configuração familiar que você tem que trabalhar algumas, algumas formas de compreender o núcleo. Essa é uma nova cultura, né. Eu acho que não uma nova cultura da adoção, mas uma nova configuração familiar. E a adoção a gente sabe que ela, ela vem de um lugar é... historicamente do abandono, né? Que começou como? Com a, a Roda dos Expostos. Então que lugar é esse que eu vejo o adotado? É o filho de criação, é o abandonado, né? Então assim é... o que ninguém quer. Então, assim, é o órfão. E...e de alguma maneira o que é que tá enraizado nisso, né? É... é um pouco disso que, que a gente faz, que vem trabalhando.”.

Pesquisadora – “O que é essa adoção de antes pra de hoje?”.

Camila – “Eu acho que a adoção ela tava nesse sentido, realmente, do filho rejeitado, do filho abandonado, né? Do, do renegado, né? Num era uma opção eu ter filho por adoção, né? Era muitas vezes imposta isso. E nesse momento, não. Eu posso ter um filho por adoção.”.

As intervenções supracitadas são falas de militantes dos grupos a favor da adoção entrevistados para essa pesquisa. Todas elas

parecem reconhecer que historicamente e na sociedade mais ampla nos dias atuais há um certo modo de compreender o filho adotivo em que o abandono aparece como um traço essencial dessas pessoas. Pode-se dizer que todas elas ilustram a batalha de diferentes discursos, nos termos de Laclau e Mouffe (1985), para definir a identidade dos filhos adotivos. No entanto, a batalha discursiva se atualiza de maneira mais evidente nos sujeitos, na medida em que, embora resistam à associação entre abandono e adoção, a endossam em vários momentos.

No relato de Emanuele, há uma tentativa de evitar a associação entre adoção e abandono, mas ela termina emergindo no discurso. É uma associação que surge espontaneamente no seu relato, quando a pesquisadora lhe solicita que defina quem são as pessoas adotadas. Ou seja, é sobre a identidade dos filhos adotivos que ela é instada a falar. Ela inicia sua resposta afirmando que é difícil responder a essa questão e então diz que vai se colocar no lugar de suas filhas adotivas. E elas, as filhas, “adoram ser adotadas”. Com essa afirmação, ela posiciona as filhas como pessoas não afetadas subjetivamente pela condição de filhos adotivos. Ser filho adotivo seria motivo de alegria, não causaria sofrimento. Para dar veracidade à essa afirmação ela usa o recurso do discurso direto, como pode-se observar quando ela diz que “Se eu não fosse adotada, como é que eu viveria?”; “Que seria de mim se eu não fosse adotada? Que tipo de família eu teria, né?”. Tal recurso apresenta aquele que usa os enunciados como alguém que teria estado na cena (Potter, 1998). Ela mesma teria dito para si mesma, ao ver meninas na rua: “poxa vida! Minha filha poderia ser uma dessas”. Em seguida diz: “é o abandono”. Com tal termo procura nomear a natureza da questão que parecia incomodá-la à época. Mas isso não parece incomodá-la mais, depois teria sido “trabalhado”.

Nas duas falas que se seguem à de Emanuele, as duas de Camila, o abandono é mencionado, mas é apresentado como uma característica de um tipo de adoção que pertence ao passado ou que deve pertencer ao passado. Para Camila, a adoção vem

“historicamente do abandono”, da “roda dos expostos”. Mas, em seu relato, o “adotado” ainda não parece ter saído desse lugar: “Então que lugar é esse que eu vejo o adotado? É o filho de criação, é o abandonado, né?”. Antes de mencionar esse lugar em que o filho adotivo seria colocado pela sociedade mais ampla, Camila menciona um dos fatores históricos que ajudaram a construir essa representação do filho adotivo como um enjeitado, o fenômeno histórico da Roda dos Expostos ou dos Enjeitados. O trabalho dela na ONG seria mudar essa representação do adotado na sociedade. Há, em seu relato, uma avaliação correta acerca da natureza do fenômeno que ela descreve. A associação entre adoção e abandono é certamente um fenômeno social e histórico, e, como tal, pode deixar de existir. No entanto, essa é uma tarefa que exigirá muita luta e esforço, pois essa associação está profundamente enraizada (para usar uma metáfora usada por ela) em nossa sociedade.

No segundo relato, Camila é mais enfática na rejeição à ideia de que o abandono defina bem a identidade do filho adotivo. Ressalta que “nesse momento” (referindo-se ao presente) o filho adotivo não precisa ser visto como o “renegado”, o “rejeitado”; pode ser melhor definido como alguém que foi escolhido: “Eu posso ter um filho por adoção”.

Nas intervenções discursivas analisadas anteriormente, não se diz explicitamente que o filho adotivo tem um sentimento de abandono. Não se diz explicitamente que ele vê a si mesmo como uma pessoa que foi abandonada por sua família de origem. Que o abandono seria um traço essencial da identidade do filho adotivo para ele mesmo. O abandono é representado principalmente como um fato objetivo na vida dos filhos adotivos. No entanto, apesar de não serem filhos do abandono, ainda assim existe um olhar pesado e desabonador. Isso evidencia o quanto a compreensão dessas acerca do fenômeno da adoção ainda é condicionado pelo velho discurso sobre a adoção que condenam e do qual querem libertar os filhos adotivos.

As intervenções discursivas a seguir, por sua vez, relacionam a adoção com um sentimento de abandono. Os autores dessas intervenções posicionam-se de diferentes maneiras em relação a

essa construção identitária: ora ela é endossada, ora é relativizada, problematizada e até mesmo combatida.

Patrícia – “Existe as pessoas que acham que a adoção está no lugar do abandono, né? Na perspectiva de que o adotado é porque perdeu. Então, ele tá no lugar da perda, porque ele perdeu uma família, né? Ele perdeu a mãe, ele perdeu os vínculos, ele perdeu as questões biológicas, né? Ela perdeu os laços de sangue, né? E aí, ela entra no lugar da falta. É uma perspectiva. Eu trabalho na perspectiva que ela tá ganhando também, que ainda ela tenha perdas, eu não vou dizer que... Com os meus pacientes... quando eu trabalho adoção... Existe uma insistência, da maioria das pessoas, em entender porque sua mãe não pôde cuidar, né? Não pode cuidar dela. E eu trabalho na insistência de que ela deve é, é, é de olhar que força é essa que ela tem para ela ter vingado. Como você pôde vingar, né? Nascer... Como você pôde ter se transformado no que você se transformou. Geralmente são pessoas muito fortes, pessoas que são, que vivem, que superam. Agora tem muitos preconceitos, né? Tem uma cultura, a cultura do abandono, a cultura de que... adoção são pessoas que foram abandonadinhas, são pessoas que passaram por dificuldades é... com suas famílias biológicas.”.

“Luciana: Mito ou verdade que a criança adotada é muito mais provocativa e mais mal comportada que o filho biológico?”

Gina: Mito. Tanto crianças biológicas quanto adotadas podem ser provocativas e mal comportadas. Isso vai depender das condições em que elas foram criadas. Além disso, o sentimento de orfandade não depende apenas de uma vinculação genética. Há filhos que vivem com os pais biológicos e se sentem mais abandonados do que outros que foram adotados e estão tendo suas necessidades básicas atendidas de forma satisfatória.”. (Folha de S. Paulo, Fale Comigo, 25.02.2013).

Gabriel – “(...) é verdade que muitas crianças são gestadas, mas não são transformadas em filhos. Às vezes elas são destinadas a outras pessoas que serão suas mães ou pais.

E, às vezes, elas vivem uma vida inteira de abandono dentro da própria casa, dentro da própria família. Não tendo, efetivamente, um espaço de filho ou filha. Foi gestada e não foi adotada e daí muitos conflitos, né.”.

Na fala da militante Patrícia, o sentimento de abandono deixa de ter um lugar central na identidade dos filhos adotivos. Ela combate veementemente a visão cultural de que os filhos adotivos estão “no lugar do abandono”, da “falta”, da “perda”. Ela trabalha em uma outra perspectiva ao argumentar a possibilidade de construir uma identidade mais complexa para os filhos adotivos. Para ela, são pessoas que não somente perderam, são pessoas que também ganharam. Quando aborda a identidade que os filhos adotivos constroem para si próprios, ela reconhece que “existe uma insistência, da maioria das pessoas, em entender porque sua mãe não pôde cuidar. Não pôde cuidar dela”. Mas ela tenta fazer em sua clínica com que esses sujeitos construam novas narrativas sobre si mesmos. Narrativas em que eles não estejam na condição de coitadinhos (pessoas “abandonadinhas”), mas na condição de pessoas que tiveram muita força, que vingaram, que fizeram a si próprios.

No relato de Patrícia, sugere-se sutilmente que a repetição discursiva na sociedade mais ampla da ideia de que o filho adotivo foi abandonado pode se atualizar no modo como esses sujeitos se definem. Por isso, ela assinala a insistência da maioria dos filhos adotivos em sua clínica nessa questão do abandono. A nossa cultura os enreda nesse lugar e eles acabam se posicionado, descrevendo a si mesmos dessa forma, como abandonados.

Há uma diferença estratégica notável entre o modo como Patrícia problematiza a importância do abandono na vida dos filhos adotivos e o modo como isso é problematizado nas outras duas intervenções discursivas. No relato de Patrícia somos instados a compreender que um filho adotivo não é somente um sujeito a quem falta algo. Um sujeito no “lugar da falta”, em suas próprias palavras. Somos instados a compreender que ele é também um sujeito que ganhou algo.

No texto da Folha de S. Paulo e na fala do Gabriel, a estratégia é outra. Neles somos instados a compreender que a falta não é uma propriedade exclusiva dos filhos adotivos. Que os outros, os filhos biológicos, também podem ter o abandono como um atributo de suas identidades. No texto da Folha de S. Paulo se diz que “Há filhos que vivem com os pais biológicos e se sentem mais abandonados do que outros que foram adotados”. O “sentimento de

orfandade”, portanto, não seria próprio deles. Na fala do Gabriel, por outro lado, se afirma que “muitas crianças são gestadas mas não são transformadas em filhos”; “e vivem uma vida inteira de abandono dentro da própria casa”.

Se trouxermos essas intervenções discursivas para o contexto da discussão sobre as relações entre categorização e particularização realizada por Billig (1987), podemos dizer que as duas últimas intervenções inserem os filhos biológicos no interior da categoria de pessoas que podem vivenciar a experiência de abandono. Como o processo de categorização é um processo por meio do qual destacamos as semelhanças e ignoramos as diferenças, o uso desse processo nas intervenções supracitadas procura afirmar as similaridades entre filhos adotivos e filhos biológicos, negando uma diferença entendida como estigmatizante para os filhos adotivos no que concerne à categoria de abandonados.

Pode-se afirmar que as três intervenções supracitadas estão debatendo com toda uma literatura (Sá & Cunha, 1996; Andrei, 1999) para a qual um sentimento de abandono se apresenta como um atributo psicológico mais presente nos filhos adotivos do que nos filhos biológicos ou mesmo como um atributo psicológico essencial dos filhos adotivos.

Alguns autores (Leon, 2002; Weber, 2011; 2014), no entanto, problematizam essa insistência no tópico do abandono. Weber (2011) assinala que uma grande parte das pesquisas na área psicológica quando estudam a adoção de crianças dão um tom catastrófico à situação de abandono. Para ela, a ênfase sobre os “traumas insuperáveis” decorrentes da situação impossibilita a compreensão desses sujeitos como pessoas que estão em constante transformação e que podem ressignificar quaisquer experiências.

Em outro estudo, Weber (2014, p. 37) afirma que quando dizemos que é “necessário elaborar o luto do abandono e da rejeição”, geralmente esquecemos que no caso de um filho adotivo que foi colocado assim que nasceu em família adotiva, ele não poderia ter se ligado afetivamente aos pais biológicos. O que a autora parece destacar é que o suposto sentimento de abandono jamais poderia ser algo que emerge naturalmente da experiência de ser filho adotivo. Também nas falas acima, destacadamente na de Patrícia, afirma-se de diferentes maneiras que o sentimento de abandono na pessoa adotada (quando existe) não é algo natural, mas constituído socialmente. Como afirma implicitamente Patrícia, é “a cultura do abandono” que explica a “insistência” de muitos filhos adotivos no sentido de “entender porque sua mãe não pôde cuidar”.

Leon (2002), por sua vez, afirma que a tendência

da criança no sentido de compreender a adoção em termos de abandono é reforçada pelo meio cultural em que ela se desenvolve e que os especialistas em adoção têm um papel importante nesse processo.

Há uma pesquisa bastante interessante desenvolvida por Singer, Brodznisky e Braff (1982) que pode lançar luzes sobre essa questão. Os autores entrevistaram filhos adotivos e não adotivos (n=160), entre 6 e 13 anos de idade, para perceber quais as crenças apresentadas por eles sobre adoção. Eles notaram que as crenças variam conforme a idade da criança, ou seja, as crianças pequenas e não adotadas tendem a compreender a adoção negativamente, enquanto que as crianças adotadas da mesma faixa etária tenderiam a perceber a adoção positivamente. A explicação levantada pelos autores é a segunda a qual os pais adotivos, visando minimizar os estigmas sociais a respeito da adoção e do status da família adotiva, enfatizam ao seu filho que ele é o “escolhido” e “especial”. Entretanto, eles sugerem que essas crianças passam a “sentir” o peso do estigma quando ampliam seus mundos e percebem na sociedade significados negativos relacionados à adoção. Assim, parece do final da infância até o início da adolescência os filhos adotivos passam a perceber negativamente a adoção, enquanto os não adotivos a veem positivamente, ainda que sejam poucos expostos às narrativas sobre adoção (Singer, Brodznisky & Braff, p.292, 1982).

Discussão semelhante foi lançada por Duque (2011) ao realizar contação de histórias com crianças adotivas e não adotivas, de idade entre 6 e 10 anos, sobre adoção. Os dados sugerem que elas se sentem à vontade em conversar sobre o tema, e tanto os filhos adotivos quanto não adotivos descrevem a adoção como um ato de escolha, de amor e de pertencer a uma família.

Não é descabido hipotetizar que o contato com determinados discursos, dentre eles o psicológico, que reiteraram obsessivamente os efeitos negativos e até psicopatológicos do abandono e institucionalização, pode construir nos filhos adotivos uma subjetividade enredada de diferentes maneiras no vocabulário e enunciados desses discursos. O que não é certamente o mesmo que afirmar que eles tenham como um traço essencial um “sentimento de abandono”.

No material analisado para este estudo, o sentimento de abandono não é somente um mal em si mesmo. Ele foi, nos textos da Folha de S. Paulo, insistentemente apresentado como causa de outras características psicológicas tidas como disfuncionais.

“Se uma criança foi adotada tardiamente, por exemplo, e veio com uma história importante

de abandono e de maus-tratos é muito provável que vá apresentar inicialmente dificuldades de concentração e de adaptação na escola.” (Folha de S. Paulo, Fale Comigo, 25.02.2013).

“Existem crianças que lidam muito bem com o fato de serem adotadas, principalmente se foram criadas na base da verdade desde sempre. Mas existem crianças que têm problemas, por 'n' razões. Não é simples entender que você foi abandonado.” (Folha de S. Paulo, 29.05.2012, Equilíbrio e Saúde).

“Gina: Não se pode fazer uma regra geral sobre os sentimentos da criança adotada, afinal ela é uma criança como todas as outras. Por outro lado encontramos casos de crianças que apresentam intensos sentimentos de rejeição, que são devidos não só à sua história de abandono ou separação dos pais biológicos, como também ao seu relacionamento com os pais adotivos. Estes últimos podem rejeitar a criança, sem perceber conscientemente que o fazem, pelas diferenças que ela apresenta a eles ou pela frustração de não ter podido procriar um filho. Para lidar com o sentimento de rejeição a criança pode desenvolver comportamentos diversos, dependendo do grau de estabilidade de seu mundo psíquico. Ela pode, por exemplo, recorrer a comportamentos provocativos, antissociais, ou pode reprimir sua espontaneidade tentando ser uma 'criança boazinha' para agradar ao ambiente e garantir sua adoção.” (sic.) (Folha de S. Paulo, Fale comigo, 25.02.2013).

Ao apresentar o sentimento de abandono como um fator importante para o aparecimento de condutas desviantes e sentimentos de inadequação, os três textos se utilizam de estratégias retóricas com objetivos bem definidos. O autor do primeiro fragmento textual vacina-se (Potter, 1998) contra a acusação de que estaria adotando um tom generalizante e determinista. O uso das expressões “muito provável” e “inicialmente” cumpre bem essa função. Com a primeira se diz que nem todos apresentarão essas condutas e com a segunda que essas condutas não são insuperáveis. O segundo texto também evita o tom generalizante ao introduzir uma subcategoria no interior da categoria “crianças adotadas”. A subcategoria “crianças adotadas

que lidam muito bem com o abandono” funciona nesse texto como uma fuga à generalização que poderia resultar na acusação de preconceito e discriminação.

O autor do terceiro fragmento, com um vocabulário marcadamente psicologizante ao utilizar expressões como “estabilidade de seu mundo psíquico”; “sentimento de rejeição”; “frustração”, também evita a generalização logo de início: “Não se pode fazer uma regra geral sobre os sentimentos da criança adotada, afinal ela é uma criança como todas as outras”. Feita essa ressalva, logo em seguida, afirma: “Por outro lado encontramos casos de crianças que apresentam intensos sentimentos de rejeição, que são devidos não só à sua história de abandono ou separação dos pais biológicos, como também ao seu relacionamento com os pais adotivos.”. A forma deste argumento, também é percebida como uma vacina, uma proteção prévia, contra quaisquer acusações de que estaria emitindo um juízo baseado no preconceito, lembra muito o seguinte dispositivo retórico, muito usado para emitir posicionamentos preconceituosos contra grupos minoritários em vários países do ocidente, que tem a seguinte forma (Wetherell & Potter, 1992): “eu não sou racista, mas...”; “eu não sou preconceituoso, mas...”. Trazendo o argumento da parte inicial do texto para esse formato, ele poderia ser formulado assim: “eu não quero estigmatizar, mas eles têm um sentimento de abandono que é próprio deles”. No prosseguimento do texto, o suposto sentimento de abandono próprio dos filhos adotivos é usado para explicar seus “comportamentos provocativos, antissociais” ou o modo como reprimem a “espontaneidade”.

Esses textos mostram os efeitos estigmatizantes de uma organização retórica do discurso que mobiliza de maneira irrefletida, sem criticidade, um conjunto de pressupostos tido como inquestionáveis. Também mostram como esses pressupostos são, em parte, fundamentados em asserções teóricas produzidas nas disciplinas psicológicas. Se nós, psicólogos, quisermos participar da luta daqueles que querem reconfigurar o modo como a sociedade define a adoção e os filhos adotivos, devemos estar cientes de que uma parte de nossos esforços deve se concentrar na reavaliação e questionamento daquilo que a psicologia tem produzido sobre esse grupo de pessoas ao longo das últimas décadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho investigamos relatos da mídia, da ANGAAD e das pessoas que trabalham em prol da adoção sobre os filhos adotivos, procurando compreender como constroem uma identidade para

essas pessoas e qual o lugar do conceito de abandono nessa identidade.

Nesses relatos, a mídia, representada pelo jornal Folha de S. Paulo, reproduz velhas maneiras de representar os filhos adotivos. Neles a velha história de que o abandono é uma característica essencial da identidade dos filhos adotivos aparece reiteradamente e quase não há espaço para novas maneiras de ver os filhos adotivos.

No que concerne aos militantes dos grupos de apoio à adoção, em alguns momentos eles procuram relativizar e até combater a ênfase sobre a força do abandono no mundo subjetivo dos filhos adotivos, mas em outros reproduzem sutilmente os velhos discursos em que o abandono aparece como um traço central da identidade do filho adotivo.

A análise mostra que os relatos da mídia e dos militantes apresentam-se em alguns momentos em harmonia e em outros, em contradição, o que sugere um diálogo tenso entre eles na busca da definição da identidade dos filhos adotivos.

Acreditamos que uma visão mais complexa sobre este grupo social, os filhos adotivos, será possível quando fizermos um esforço para compreendê-los e defini-los sem sermos guiados pelos velhos esquemas e categorias que a nossa cultura gosta de usar quando fala sobre a adoção e os filhos adotivos.

Referências

- Alvarenga, L. L. (2012). Adotabilidade x inadotabilidade. Que questão é esta? In E. F. Queiroz & M. C. Passos. (Orgs.) *A clínica da adoção* (pp. 171- 182). Recife: Ed. Universitária UFPE.
- Andrei, D. C. (1999). Os desafios da adoção no Brasil. In D. C. Andrei. (Org.). *Reencontro com a esperança: coletânea reflexões sobre adoção e família* (pp.73-83). Londrina: do Autor.
- Antaki, C., & Widdicombe, S. (2008). Identity as an achievement and as a tool. In Antaki, C., & Widdicombe, S. (Eds.). *Identities in talk* (pp. 1-14). London: Sage.
- Ayres, L. S. M. (2005). *De menor a criança, de criança a filho: discursos de adoção*. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Benwell, B., & Stokoe, E. (2006). *Discourse and identity*. Edinburgh: University Press.
- Bittencourt, S. (2013). O movimento nacional dos grupos de apoio à adoção. In S. Bittencourt. *A nova Lei de Adoção: do abandono à garantia do direito à convivência familiar e comunitária* (pp. 17-30). Rio de Janeiro: Lumen Juris.
- Billig, M. (1987). *Arguing and thinking: a rhetorical approach to social psychology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Dinamarco, P. P. (2006). Adoção: entendendo os contextos os contextos. *Contrapontos*, 6(1), 163-168.
- Duque, A. M. (2011). *No faz de conta e na realidade: as narrativas de crianças sobre adoção*. Dissertação não publicada (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Gagno, A. P., & Weber, L. N. D. (2003). A adoção na mídia: revisão da literatura nacional e internacional. *Paidéia*, 13(25), 111-118.
- Jenkins, R. (2008). *Social identity*. (Key ideas) Canada: Routledge.
- Laclau, E., & Mouffe, C. (1985). *Hegemony and socialist strategy: toward a radical democratic politics*. London: Verso.
- Ladvocat, C., & Diuana, S. (2014). *Guia de adoção: no jurídico, no social, no psicológico e na família*. São Paulo: Roca.
- Leon, I.G. (2002). Adoption Losses: Naturally Occurring or Socially Constructed? *Child Development*, 73 (2), 652-663.
- Motta, M. A. P. (2014). Das mães que entregam seus filhos em adoção: histórias de amor ou de terror? In C. Ladvocat, & S. Diuana. *Guia de adoção: no jurídico, no social, no psicológico e na família* (pp. 415-436). São Paulo: Roca.
- Oliveira Filho, P. (2016). Discurso e identidade: a pobreza e a miséria nordestinas em relatos de jornais paraibanos e pernambucanos. In M. E. O. Lima, A. R. R. Torres, & E. M. Techio (Org.) *Identidade nacional e representações do Brasil* (pp. 149-175). São Paulo: Scortecci.
- Potter, J. (1998). *La representation de la realidade: discurso, retórica y construcción social*. Buenos Aires: Paidós.

- Potter, J., & Wetherell, M. (1987). How to analyse discourse. In J. Potter, & M. Wetherell. *Discourse and Social Psychology: beyond attitudes and behavior* (pp. 158-177). London: Sage Publications.
- Rodrigues, L., & Hennigen, I. (2012). Entre cenas de acolhimento institucional e da adoção: incitamento à vontade de família. In L. R. Cruz, & N. Guareschi (Org.). *O psicólogo e as políticas públicas de assistência social* (pp. 66-90). Petrópolis: Vozes.
- Sá, E., & Cunha, M. J. (1996). *Abandono e adoção. O nascimento da família*. Coimbra: Livraria Almeida
- Silva, M. B. T. A. (2014). Papel dos grupos de apoio à adoção na garantia do direito à convivência família. In C. Ladvoat, & S. Diuana (Orgs.). *Guia de adoção: no jurídico, no social, no psicológico e na família* (pp. 65-78). São Paulo: Roca.
- Singer, L. M., Brodzinsky, D. M., & Braff, A. M. (1982). Children's beliefs about adoption: a developmental study. *Journal of applied developmental psychology*, 3, 285-294.
- Waggenspack, B. M. (1998). The symbolic crises of adoption. *Adoption Quarterly*, 1(4), 57-82.
- Weber, L. (2004). *Pais e filhos por adoção no Brasil: características, expectativas e sentimentos*. Curitiba: Juruá.
- Weber, L. (2011). *Laços de ternura: pesquisas e histórias de adoção* (3ª ed., 7ª reimpr., rev. e ampl.). Curitiba: Santa Mônica.
- Weber, L. (2014). *Aspectos psicológicos da adoção* (2ª ed., 9ª reimpr., rev. e ampl.). Curitiba: Juruá.
- Wetherell, M. & Potter, J. (1992). *Mapping the language of racism: discourse and the legitimation of exploitation*. London and New York: Harvester Wheatsheaf and Columbia University Press.

RECEBIDO EM: 08/06/2017
PRIMEIRA DECISÃO EDITORIAL: 23/08/2017
VERSÃO FINAL: 06/09/2017
APROVADO EM: 09/10/2017